



REQUERIMENTO Nº , DE 2024.
(Do Sr. JULIO CESAR RIBEIRO)

Requer a realização de reunião de Audiência Pública, para discutir o PLP 52/2022 que altera a Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 117, inciso VIII, 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública, para discutir o PLP 52/2022 que altera a Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014.

Convidado a ser Incluído:

- Sr. Décio Lima - Presidente do Sebrae.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei Complementar 52/2022 propõe alterações na Lei Complementar nº 147/2014, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

O objetivo do Projeto de Lei Complementar é tornar cada vez mais democrática a inclusão de um representante de cada confederação que seja de fato representativa do setor das MPes – Micro e Pequenas Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.





O Projeto foi distribuído para as comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), Desenvolvimento Econômico (CDE) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No ano passado, a relatora indicada era a Deputada Antônia Lúcia (REPUBLIC-AC), que proferiu parecer pela aprovação.

Entretanto, não foi analisado pela CDE, e neste ano, o relator indicado é o Deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que proferiu parecer pela rejeição.

Desta forma, consideramos necessária a discussão do tema com a realização de audiência pública, já que o projeto é de grande importância para o desenvolvimento do empreendedorismo brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

